

ACESSO À ÁGUA EM ILHABELA (BRASIL): A (RE)PRODUÇÃO DE UM CONFLITO

Natalia Dias Tadeu

Paulo Antônio de Almeida Sinigalli

RESUMO

Este artigo, elaborado a partir de alguns resultados da tese da primeira autora, que foi defendida em 2019 no PROCAM-USP, realiza uma análise do conflito por acesso à água que ocorre na sub-bacia hidrográfica dos rios São Sebastião/Frade, Ilhabela (SP/Brasil) a partir do marco teórico e analítico de ciclos hidrossociais. O conflito ocorre em uma sub-bacia que apresenta relativa alta disponibilidade hídrica (quali e quantitativa); no entanto, parte da população foi afetada pela falta de água em 2012. Esse conflito socioambiental envolve uma comunidade local e um condomínio de casas de segunda residência de alto padrão (casas de veraneio) que disputam o uso da água em uma região não atendida pela companhia de saneamento responsável, a Sabesp. A partir da abordagem de ciclos hidrossociais, propõe-se a aprofundar a discussão sobre as relações de poder envolvidas nos processos sociopolíticos e econômicos, que transformam e são transformados pela água, em uma relação dialética. Conclui-se que a disponibilidade hídrica reduzida foi importante, porém não foi a única responsável pelo conflito observado. Os atores locais e do Litoral Norte realizaram articulações para viabilizar propostas alternativas (tecnológicas e políticas), que fortaleceriam o nível local. No entanto os

atores estaduais também implementaram medidas que reestruturaram as relações hierárquicas entre os níveis estadual e municipal para manter a influência estadual no processo de decisão sobre o saneamento (com foco em água e esgotamento sanitário). Por fim, este artigo aponta que a abordagem possibilitou considerar diferentes dimensões da água na análise, de forma a ampliar a compreensão sobre as relações constitutivas do conflito.

Palavras-chave: Conflito por Acesso à Água; Ciclo Hidrossocial; Coalizões Políticas Multiníveis.

1. INTRODUÇÃO

Em muitos casos, o acesso à água pouco tem a ver com a disponibilidade hídrica (quali e quantitativa). Essa hipótese, já explorada também a partir da análise da articulação de atores em redes organizadas em coalizões políticas multiníveis (DIAS TADEU; SINISGALLI, 2017; DIAS TADEU et al., 2018), será analisada a partir de uma abordagem complementar – a abordagem do ciclo hidrossocial.

Esse tema se mostra relevante, uma vez que a falta de água muitas vezes é apresentada como algo iminente e inevitável devido à crescente demanda pelo recurso, tanto para o consumo humano quanto para o crescimento econômico (BARLOW; CLARKE, 2003; SANTOS; RODRIGUEZ-GARAVITO, 2005). Contudo, Swyngedouw (2004) irá destacar o que ele denomina uma “ligação perigosa” entre a noção de finitude e a “escassez produzida” da água. Ao passo em que o preço é o principal mecanismo para regular a “escassez”, a construção discursiva da água como um bem escasso é fundamental na estratégia para sua mercantilização.

No caso aqui estudado, também se observa um processo de produção social de escassez hídrica, com envolvimento de diversos atores públicos e privados, governamentais e não governamentais, com distintos interesses, buscando diferentes formas de solução para o tema de abastecimento de água. O conflito pelo acesso à água nesse estudo decorre de uma transposição de água entre duas microbacias inseridas na sub-bacia do córrego de São Sebastião/Frade, localizadas no sul do município de Ilhabela, Litoral Norte (LN) do Estado de São Paulo, Brasil. Nesse local, assim como em toda a região do Litoral Norte de São Paulo, principalmente onde a empresa de saneamento não presta serviços, é comum observar a captação de água diretamente de corpos hídricos. O corpo hídrico do conflito atende a uma comunidade local e a um condomínio de segunda residência (GODOY; FORMAGGIA, 2013).

Durante o período de estiagem, que se iniciou em 2012 e persistiu de forma intensificada pelos 3 anos seguintes, o condomínio – que possuía uma outorga de uso da água – realizou a transposição de uma vazão de água que provocou uma indisponibilidade hídrica para o atendimento da comunidade local – que não possuía outorga de uso da água (DIAS TADEU et al., 2018) e se encontrava em processo de regularização fundiária (Ilhabela, 2018).

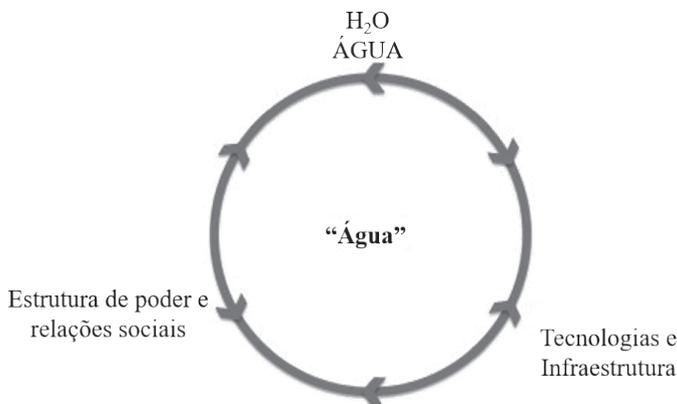
Frente a esse caso, este estudo visa analisar como os atores envolvidos em um conflito local por acesso à água em Ilhabela (meio sociopolítico) se relacionam de maneira dialética com a água, de forma que o fluxo hídrico local condiciona uma organização social, o que, por sua vez, reflete e é determinado por esta. Este estudo toma como partida as análises realizadas em trabalhos prévios (DIAS TADEU; SINISGALLI, 2017; DIAS TADEU et al., 2018; DIAS TADEU; SINISGALLI, 2019), nos quais foram identificadas e apresentadas a organização e a configuração política e social de atores direta e indiretamente envolvidos no conflito.

Aqui se emprega a abordagem de ciclo hidrossocial (LINTON; BUDDS, 2014) para realizar uma análise complementar àquela apresentada em Dias Tadeu et al. (2018), que identificaram, para além da rede organizada em coalizões políticas multiníveis, o uso de escalas de regiões administrativas, como é o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), como formas de influência sobre a rede de atores e as “regras do jogo” no setor de gestão do saneamento (DIAS TADEU, 2019). Este artigo foi elaborado a partir dos resultados apresentados na tese de doutorado “O Poder da Água – A disputa política pelo acesso à água em Ilhabela – SP/Brasil”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, em agosto de 2019 (DIAS TADEU, 2019), sob a orientação do Dr. Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para esta análise, empregou-se a síntese analítica proposta por Linton e Budds (2014). Isso porque se entende que a abordagem do ciclo hidrossocial poderia contribuir para uma melhor compreensão sobre a relação entre água e sociedade (BUDDS; LINTONS, 2014). Para operacionalizar essa abordagem, foram consideradas três dimensões do ciclo hidrossocial, baseadas no diagrama (Figura 1) proposto por Linton e Budds (2014): a estrutura de poder e as relações sociais; a material (H_2O); e, por fim, a tecnológica e a infraestrutura.

Figura 1 – Diagrama do Ciclo Hidrossocial.



Fonte: Linton e Budds (2014).

Quanto à dimensão social, a análise foi realizada a partir de estudos prévios (DIAS TADEU; SINISGALLI, 2017; DIAS TADEU et al., 2018; DIAS TADEU, 2019). Para o levantamento de dados, foram realizados: i) levantamento de notícias veiculadas no período de 2012 a 2018 (Notícias da Alesp, 2017; O Estado de São Paulo, 2015; Notícias da Câmara Municipal de Ilhabela, 2013, 2014, 2017; Tamoios News, 2018; G1 Vale do Paraíba, 2018; Sabesp, 2012, 2013a, 2013b, 2014, 2016, 2018); ii) entrevistas semiestruturadas com 15 atores de organizações governamentais e não governamentais envolvidas direta ou indiretamente no processo de gestão da água e de saneamento para identificar seus projetos hídricos e suas formas de compreensão sobre a água, durante o período de julho de 2015 a outubro de 2016, por meio do método “bola de neve”; iii) observação participante em reuniões do CBHLN, entre 2015 e 2017; iv) diagnóstico e histórico de ocupação da área do conflito e uma caracterização socioeconômica da região estudada (desde a década de 1950 até a atualidade).

Para a caracterização da dimensão material, foram considerados os aspectos hidrológicos a partir do levantamento de dados sobre disponibilidade hídrica por bacia hidrográfica (dados de 2018). Quanto à dimensão de tecnologias e infraestrutura, foram considerados os aspectos hidráulicos a partir do levantamento de dados sobre cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Ilhabela, formas de acesso à água e uma caracterização da infraestrutura hidráulica instalada e projetada para o município, de acordo com o Plano Diretor da Sabesp de 2011.

3. ANÁLISE DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM ILHABELA

3.1 Características e histórico de transformação do território

Até a década de 1950, Ilhabela era praticamente inacessível para visitantes e turistas. Em 1958, a partir dos serviços de travessia marítima que facilitaram o acesso, se estabeleceram as condições para uma série de transformações que possibilitaram o estabelecimento da atividade de turismo e construção civil (ROCHA, 2011). Foi somente a partir da década de 1970 que Ilhabela passou a apresentar características urbanas, associadas ao turismo que se expandiu nas décadas seguintes (GUIMARÃES, 2006).

Atualmente, a região apresenta uma alta taxa de crescimento populacional (35º maior ritmo de crescimento populacional do Estado de São Paulo) em função, principalmente, da migração (CBHLN, 2018). Os imigrantes paulistas possuem renda familiar maior que a média observada em Ilhabela e são os principais promotores das atividades do setor turístico. Geralmente, são turistas que compram algum imóvel e se fixam na cidade. Os imigrantes originários da Bahia e Minas Gerais, por sua vez, compõem a mão de obra não especializada, atraída pelos setores dos serviços de construção e turismo (AQUINO, 2011).

A população de Ilhabela pode ser classificada em moradores, veranistas e turistas (ROCHA; SILVA, 2009). Destes, os primeiros residem no município, os veranistas possuem casas de segunda residência e estão presentes durante a alta temporada em suas propriedades e os turistas são aqueles que passam pelo município e utilizam seus serviços turísticos (hotéis, pousadas etc.).

A partir do final da década de 1980, começaram a surgir os condomínios, como uma forma de produção de segunda residência, que alteraram a dinâmica espacial (SCIFONI, 2005). Na década de 1990, a expansão urbana de Ilhabela determinou a ocupação de quase toda a orla voltada para o continente e se intensificou a ocupação dos bairros mais antigos e próximos do centro por uma população predominantemente fixa e de baixa renda. Também foi observada uma ocupação de bairros mais afastados do centro. A década seguinte, 2000, foi marcada por uma expansão urbana menos acelerada, junto aos locais urbanizados anteriormente. Essa ocupação fragmentada foi promovida pelo mercado imobiliário por meio da instalação de condomínios e imóveis de segunda residência de alto padrão (INSTITUTO POLIS, 2012) e prevalece até a atualidade.

3.2 O conflito por acesso à água

O conflito socioambiental deste estudo ocorre envolvendo uma comunidade local e um condomínio de casas de segunda residência (ou casas de veraneio). Ambos os envolvidos nesse conflito são migrantes originários de diferentes regiões do país, como se buscou evidenciar na seção anterior. Essa migração decorre de diferentes motivações e se reflete nas diferentes formas de ocupação do território.

Essa ocupação do território também apresenta diversas formas de relação com os recursos hídricos, a depender da origem e do local onde ocorre a instalação no município, tendo em vista que, para além das áreas mais adensadas atendidas pela Sabesp, o acesso à água é condicionado por diferentes formas (alternativas) e, muitas vezes, sem controle de captação.

O conflito ocorre durante o período mais seco do ano de 2012, que foi intensificado pela redução de chuvas em toda a região sudeste (ANA, 2015) e, com isso, a disponibilidade hídrica (física) se mostrou insuficiente para atender aos usos que se fazem dessa água na sub-bacia localizada ao sul de Ilhabela.

Frente à saturação da disponibilidade hídrica de uma das microbacias onde está instalado o condomínio de casas de segunda residência, é solicitada uma outorga de uso da água da microbacia vizinha. Nessa outra microbacia vizinha, reside a comunidade local, que, durante o período de estiagem mais intensa, tem seu consumo de água afetado pela captação realizada pelo condomínio.

Foi relatado por diversos atores entrevistados que o condomínio de casas de segunda residência solicitou a outorga de captação de água da microbacia vizinha àquela na qual está inserido em função da saturação da disponibilidade hídrica de sua própria microbacia devido às demais atividades (também voltadas ao turismo) realizadas nesta. Em função da relação de oferta e demanda de água que atinge a capacidade de suporte hídrico da microbacia do condomínio, o DAEE não concede mais outorgas nessa microbacia. Como isso, a transposição se mostrou como uma alternativa, tendo em vista que a disponibilidade hídrica da microbacia vizinha é relativamente alta em relação aos usos realizados. O condomínio fez a solicitação de outorga de uso da água para o DAEE (SÃO PAULO, 2013), que autorizou a captação superficial de corpo hídrico na microbacia vizinha.

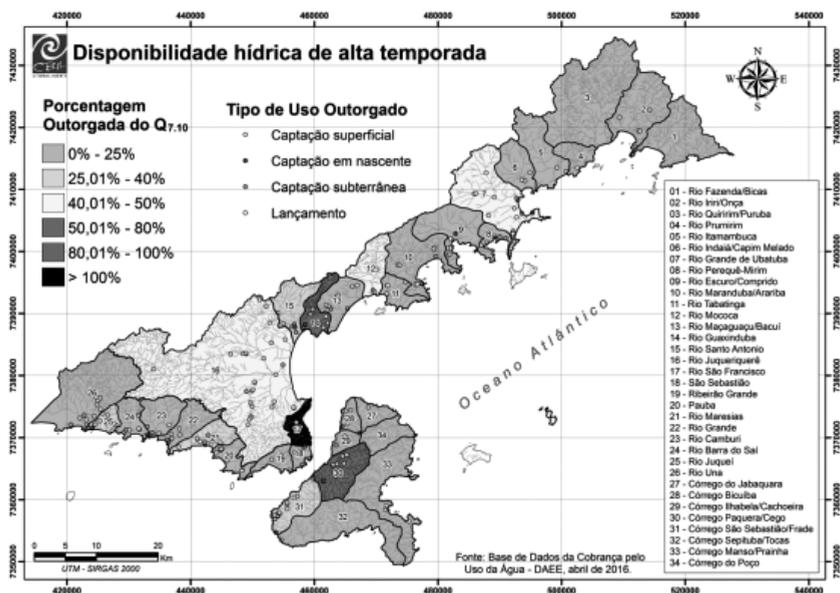
Vale, contudo, ressaltar que a disponibilidade hídrica (quali e quantitativa) não foi o fator causador do conflito aqui estudado, apesar de ser o fator que tornou esse conflito visível. Nesse sentido, ainda que se mostre como um fator que desencadeia o conflito latente, a disponibilidade física da água se mostra menos importante

que fatores sociopolíticos-econômicos, como se busca apresentar e discutir nesta e nas próximas seções deste trabalho.

3.3 Aspectos hidrológicos e hidráulicos do estudo de caso

Na sub-bacia hidrográfica dos córregos São Sebastião/Frade, cerca de 25,01% a 40% do total de água disponível é comprometido oficialmente por meio de outorga de uso concedida pelo DAEE, sendo classificada como uma sub-bacia com relativa alta disponibilidade (CBHLN, 2017a), como pode ser conferido na Figura 2. Essa disponibilidade hídrica está fortemente associada ao regime pluviométrico da região, uma vez que o município não possui grandes reservatórios de água.

Figura 2 – Disponibilidade hídrica do Litoral Norte



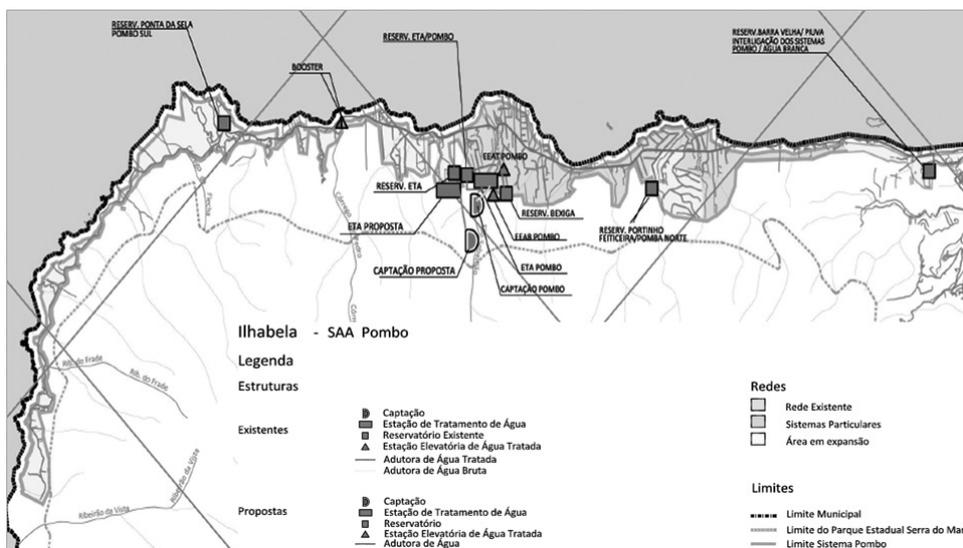
Fonte: CBHLN (2017a).

Ilhabela possui um clima caracterizado por uma temperatura média anual de 24,8 °C (mínima de 18,1 °C e máxima de 31,5 °C) e precipitação total anual de 1.507,4 mm (CEPAGRI, s. d.). O regime de chuvas no LN, segundo Milanesi (2007), é composto por dois períodos bem definidos: (i) seco nos meses de julho, agosto e setembro (inverno); (ii) úmido no verão, com maiores valores para os meses de dezembro e janeiro. O período úmido coincide com o período de alta temporada do turismo.

Cabe destacar que a concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de Ilhabela foi estabelecida pela primeira vez em

1973 (MOURA, 1973). Em 2017, a Sabesp indica que a cobertura do serviço de abastecimento de água era de 88% (SABESP, 2017), já a coleta de esgoto seria de 35%, sendo apenas 4% deste efetivamente tratado (CETESB, 2018). Os dados, incluindo o Plano Diretor da Sabesp (SABESP; GERENTEC LATIN CONSULT, 2011) apontam que a empresa de saneamento atende parcialmente o território do município de Ilhabela e até 2018 a área de estudo ainda não era atendida com os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Figura 3 – Área atendida e prevista para ser atendida pelo Sistema Pombo (região sul) de Ilhabela.



Fonte: Sabesp e Gerentec Latin Consult (2011).

O abastecimento oficial de água ocorre principalmente nas áreas centrais, onde se observa a maior concentração populacional e há deficiências para atender áreas isoladas e não adensadas (INSTITUTO POLIS, 2013). Nos locais não atendidos pela Sabesp, ocorrem captações alternativas diretamente nos corpos hídricos por meio do uso de mangueiras, captações estas que poucas vezes recebem um tratamento adequado²⁴ (SUZUKI, 2013; CBHLN, 2017a). Em função da disponibilidade hídrica superficial, o uso da água subterrânea não é significativo (CBHLN, 2018).

O serviço oficial fornecido pela Sabesp é realizado por meio de dois sistemas de abastecimento de água (SABESP; GERENTEC LATIN CONSULT, 2011).

²⁴ No entanto, de acordo com os relatos em entrevistas, as captações alterativas ocorrem também por residências não conectadas à rede de água e saneamento por diversas razões (custo de ligação, custo dos serviços, falta de interesse, desconhecimento etc.).

A área do conflito, de acordo com o Plano Diretor da Sabesp, está prevista para ser atendida pelo sistema até o ano de 2025. Já, o sistema de esgotamento sanitário está previsto para ser instalado até 2040 (SABESP; GERENTEC LATIN CONSULT, 2011).

3.4 Articulações dos atores do conflito por água em Ilhabela

Durante o período do conflito, um ator da associação de moradores e outro de uma ONG local buscaram, sem sucesso, discutir com o condomínio a possibilidade de redução da captação. Buscaram, também, atores do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBHLN), que, por sua vez, incluíram o conflito na pauta das reuniões do CBH e da Câmara Técnica de Saneamento de 2013. Essa articulação propôs um projeto piloto para um sistema alternativo e descentralizado de abastecimento de água para atender a área do conflito (ILHABELA SUSTENTÁVEL, 2013).

A proposta foi debatida e deliberada pelo CBHLN de forma articulada com o Departamento de Águas e Energia estadual (DAEE), atores locais da companhia de saneamento (Sabesp), gestores municipais (prefeitura, secretarias de meio ambiente, obras, saúde, habitação), Promotoria de Meio Ambiente (Ministério Público) e a Companhia Ambiental estadual (CE-TESB). O projeto-piloto estava previsto para ser implementado a partir do uso de um fundo estadual, denominado FEHIDRO, e contaria com o apoio técnico da Sabesp (CT-SAN/CBHLN, 2012, 2013).

Não obstante, por envolver instituições locais (municipais) e estaduais, a discussão saiu do âmbito local para o regional (LN) e, posteriormente, para o estadual. Após informações coletadas em entrevistas com atores de diversas instituições, foi possível compreender que, em nível estadual, a Sabesp alegou que a área do conflito constava em seu Plano de Ação e que seria, portanto, atendida por ela e não caberia a execução de um projeto-piloto local com uso de recurso FEHIDRO. Com isso, foi interrompida a articulação em torno do projeto-piloto.

O ator da associação de moradores relatou que a Sabesp alegou que o local seria atendido até 2016 com um sistema específico concebido pela companhia. No entanto, durante o período de 2014 a 2015, o foco da opinião pública, dos órgãos estaduais e da Sabesp se voltaram para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em função da “crise hídrica de São Paulo” (JACOBI, 2015), e o problema persistiu sem solução até o final de 2018. A priorização da RMSP também foi apontada por diversos atores locais em entrevistas e reuniões do CBHLN.

Cabe ressaltar que serviços de saneamento básico seriam de titularidade do Município (ALVES, 2008). Contudo, em 2012, foi criada a RMVPLN (Lei

Complementar n. 1.166/2012) pelo governador do Estado de São Paulo. No caso de regiões metropolitanas, a titularidade dos serviços de saneamento passa a ser compartilhada entre os entes federados (ALVES, 2008). Com isso, a tomada de decisão sobre questões como o saneamento, entre outras, é discutida e deliberada em um conselho deliberativo (CD), no qual existem representantes dos municípios e do Estado (ALVES, 2008). Alguns entrevistados que mencionaram a influência da conformação da RMVPLN sobre o tema apontaram que, devido à composição do CD, o poder de cada município é diluído, e prevalecem os interesses dos atores estaduais na tomada de decisão.

Quanto à organização dos atores, a análise realizada por Dias Tadeu e Sinisgalli (2017) e Dias Tadeu et al. (2018) apontou que estes se articularam em três coalizões políticas multiníveis, que podem ser conferidas na Figura 4. A coalizão “técnico-administrativa”, composta por atores estaduais (Secretaria de Recursos Hídricos, Departamento de Águas e Energia e Sabesp), acaba por ter maior poder sobre os processos decisórios, principalmente quanto à escolha da empresa de saneamento que atenderá o município, em função das mudanças institucionais proporcionadas com a formação da RMVPLN. De acordo com as entrevistas, foi possível identificar que os atores dessa coalizão acabam por compreender a água como um importante recurso para o desenvolvimento econômico do Estado, com maior tendência para a RMSP.

Figura 4 – Coalizões multiníveis do conflito pelo acesso à água em Ilhabela.



Fonte: Dias Tadeu e Sinisgalli (2019).

A coalizão “político-tecnocrata”, composta por atores governamentais e econômicos de escala local e do LN, se articula para, de certa maneira, pressionar a Sabesp para o atendimento oficial das áreas ainda não atendidas. Em 2017, os prefeitos dos 4 municípios do LN, a partir do CT-CBHLN, articularam a criação de uma agência reguladora regional de saneamento (CBHLN, 2017b; 2017c) como forma de pressionar a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) e a Sabesp. Nessa mesma reunião do CBHLN (CBHLN, 2017b), um representante da Sabesp alegou que seria necessário avaliar a viabilidade legal da proposta, uma vez que a atuação da ARSESP em regiões metropolitanas é compulsória. Essa coalizão compreende a água como um recurso importante para o desenvolvimento do principal setor econômico local, o turismo.

Já a coalizão “social-participativa” é composta por atores locais do Comitê de Bacias Hidrográficas, de ONGs, de Associações de Moradores e promotores do Ministério Público Estadual e Federal. Alguns dos atores dessa coalizão se articularam para propor o projeto-piloto (alternativa descentralizada de tratamento de água e esgoto). Os atores dessa coalizão manifestam compreensões da água como um direito e defendem a ampliação da participação social em sua gestão (DIAS TADEU et al., 2018).

4. CONCLUSÕES

A partir da abordagem de ciclo hidrossocial, foi possível analisar o conflito desde diferentes dimensões da água. A partir dos aspectos sociais, foi possível identificar que mudanças mais intensas na relação entre sociedade e água ocorrem a partir da década de 1960, período de acentuada alteração nas formas de uso e ocupação do território. Nesse período, o setor turístico começou a se consolidar como principal setor econômico da região e se tornou um catalisador de empregos que acabou sendo um importante vetor de atração de imigração. Essa imigração transforma as relações sociais, ocupa de diferentes formas o território e altera a relação entre sociedade e natureza que se dava até então.

Quando são analisados os aspectos políticos, é possível perceber que estes estão fortemente associados aos aspectos econômicos. Isso porque, dada a situação do conflito, as propostas de alternativas formais descentralizadas (articuladas no âmbito do Comitê de Bacias), esbarram nos interesses institucionais da Sabesp, que está alinhada aos interesses dos atores estaduais (coalizão “técnico administrativa”), que possuem maior enfoque na RMSP e na capital do Estado. O Governo do Estado de São Paulo cria a RMVPLN, o que reduz o poder local de decisão sobre o saneamento, que passa a ser compartilhada com os atores estaduais a

partir do CD no qual o município de Ilhabela tem apenas um representante (o prefeito). Por outro lado, em escala local, os diferentes atores do LN (coalizões “social-participativa” e “político-tecnocrata”) buscam se articular com atores de distintos níveis para buscar alternativas políticas (tanto ao buscar realizar articulações e propostas no âmbito regional do CBHLN como por meio da proposta de criar uma agência reguladora regional) e tecnológicas (como o projeto-piloto), que valorizam a escala local de tomada de decisão.

A partir dos aspectos hidrológicos e hidráulicos, foi possível evidenciar como a “disponibilidade física” é um fator importante, mas que não é determinante para as dificuldades no acesso à água. Foi possível perceber que a comunidade local (afetada pela falta de água) depende e se articula em função da disponibilidade física da água nos corpos hídricos. A disponibilidade natural de água (relativamente alta), por um lado, acaba por promover uma latência do conflito, como foi possível notar no caso estudado. Isso porque, nos períodos de maior pluviosidade no LN (como ocorreu após o período do conflito estudado), a disponibilidade atendia a todas as demandas locais e os atores, de certa forma, reduziram sua pressão para buscar uma alternativa ao problema (mesmo com a demora do atendimento pela Sabesp). No entanto, com a ausência de medidas duradouras para o atendimento dessa área e de outras regiões também não atendidas pela Sabesp, existe o risco de ocorrerem novos conflitos por disputa pela água no caso de uma nova redução da disponibilidade hídrica. Tendo em vista os valores centrais da coalizão “político tecnocrata”, focados no desenvolvimento, principalmente, do turismo, o controle social e a participação dos atores locais afetados pelos conflitos e pelos problemas de falta de água são fundamentais para garantir uma equidade do atendimento dessas áreas no município de Ilhabela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. C. Saneamento básico: a obscuridade jurídica e suas razões. **Revista Sanear**, Brasília, n. 3, 2008.

ANA – Agência Nacional de Águas (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos: informe 2015/Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2015.

AQUINO, M. B. **Desenvolvimento sustentável em cidades de pequeno porte: Ilhabela, um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

BARLOW, M; CLARKE, T. **Ouro azul**: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. Trad. de Andréia Nastri. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2003.

BUDDS, J.; LINTON, J.; McDONNELL, R. **The hydrosocial cycle**. Editorial Geoforum 57, pp. 167-169, 2014.

CBHLN. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Litoral Norte de 2018 – com dados de 2017**. CBHLN: 2018.

CBHLN. **Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte**. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Litoral Norte de 2017 – com dados de 2016. CBHLN: 2017a.

CBHLN. Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. **Ata da I reunião extraordinária do CBH-LN em 2017 2 19 de outubro – Caraguatatuba**. Ubatuba: CBHLN, 2017b.

CBHLN. Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. **Ata da 3ª reunião ordinária da plenária do CBH-LN em 2017 – 15 de dezembro – São Sebastião**. Ubatuba: CBHLN, 2017c.

CEPAGRI. **Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Campinas/SP 13083-970**. Disponível em: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_237.html. Acesso em: 1 jul. 2016.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Relatório de qualidade das praias no estado de São Paulo 2017**. São Paulo: Cetesb, 2018. Disponível em: <http://cetesb.sp.gov.br/praias/publicacoes-relatorios>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CMI. Câmara Municipal de Ilhabela. Sabesp mostra investimentos na região em reunião da Frepap. **Notícias da Câmara**, 22 ago. 2013. Disponível em: <http://www.camarailhabela.sp.gov.br/noticia.php?Id=204>. Acesso em: 14 set. 2018.

CMI. Câmara Municipal de Ilhabela. Valdir Veríssimo deixa presidência da Frepap-LN. **Notícias da Câmara**, 26 maio 2014. Disponível em: <http://www.camarailhabela.sp.gov.br/noticia.php?Id=397>. Acesso em: 14 set. 2018.

CMI. Câmara Municipal de Ilhabela. **Câmara discute proposta de contrato com Sabesp e apoia chamamento público para estudo de novas alternativas**. 5 maio 2017. Disponível em: <http://www.camarailhabela.sp.gov.br/noticia.php?Id=1070>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CT-SAN/CBHLN. Câmara Técnica de Saneamento do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. **Memória da reunião da CT-SAN do CBH-LN com Sabesp de 7 de novembro de 2012.** Caraguatatuba, 2012.

CT-SAN/CBHLN. Câmara Técnica de Saneamento do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. **Memória da reunião com prefeito sobre projeto-piloto rodamonte de 7 de fevereiro de 2013.** Ilhabela: 2013.

DIAS TADEU, N. **O poder da água: disputa política pelo acesso à água em Ilhabela.** Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2019.

DIAS TADEU, N.; SINISGALLI, P. La disputa política por el acceso al agua y la injusticia hídrica – estudio de caso en Ilhabela (SP/Brasil). In: **VIII Jornadas de Economía Ecológica**, Rosário, 2017.

DIAS TADEU, N.; SINISGALLI, P. Escalas da injustiça hídrica: Estudo de caso em Ilhabela – Litoral Norte de São Paulo. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2019.

DIAS TADEU, N.; ALVES, E. M.; SINISGALLI, P.; FRACALANZA, A. P.; JACOBI, P. In the Shadows of Participation: Coalitions of water access in Ilhabela (São Paulo, Brazil) In: POUPEAU, F.; RAZAFIMAHEFA, L.; ROBERT, J.; MERCIER, D.; MASSARDIER, G.; JACOBI, P. **Water Conflicts and Hydrocracy in the Americas.** Coalitions, Networks, Policies. São Paulo: IEE-USP, 2018, pp. 221-240.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. Ilhabela recebe mais de R\$ 400 milhões de royalties em 2018 e engorda orçamento. **G1**, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/08/06/ilhabela-recebe-mais-de-r-400-milhoes-de-royalties-em-2018-e-engorda-orcamento.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2018.

GODOY, F. B; FORMAGGIA, D. E. Projeto-piloto para implantação de tecnologias alternativas em saneamento na comunidade de Rodamonte. In: **Soluções Inovadoras de Tratamento e Reúso de Esgotos em Comunidades Isoladas – Aspectos Técnicos e Institucionais.** Campinas, 20 e 21 jun. 2013. Disponível em: http://abes-sp.org.br/camaras/saneamento-e-saude-em-comunidades-isoladas/eventos-realizados/5239-seminario-solucoes-inovadoras-de-tratamento-e-reuso-de-esgoto-em-comunidades-isoladas-aspectos-tecnicos-e-institucionais-?sem_midx=-2&sem_jidx=0. Acesso em: 21 ago. 2018.

ILHABELA. Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela. Prefeitura de Ilhabela segue trabalhando no maior projeto de Regularização Fundiária da história da cidade. Notícias, 9 jan. 2018. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/blog/prefeitura-de-ilhabela-segue-trabalhando-no-maior-projeto-de-regularizacao-fundiaria-da-historia-da-cidade/>. Acesso em: 13 set. 2018.

INSTITUTO POLIS. **Resumo Executivo de Ilhabela**. Litoral Sustentável: Análise Da Realidade do Município e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável, 2012. São Paulo: Instituto Polis, 2012.

INSTITUTO POLIS. **Litoral Sustentável – Instituto Polis**. Diagnóstico Urbano Socioambiental – Município de Ilhabela – Base das informações: até 2012. Revisão de março de 2013. São Paulo: Instituto Polis, 2013.

JACOBI, P. R.; CIBIM, J.; LEAO, R. de S. Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e respostas da sociedade civil. **Est. Av.**, São Paulo, v. 29, n. 84, pp. 27-42, 2015.

LINTON, J.; BUDDS, J. The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical ap-proach to water. **Geoforum**, v. 57, pp. 170-180, 2014.

MILANESI, M. A. **Avaliação do Efeito orográfico na pluviometria de vertentes opostas da Ilha de São Sebastião (Ilhabela-SP)**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 2007.

MOURA, B. P. (escrivão). **Escritura de digo contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Ilhabela e a Companhia de Saneamento da Baixada Santista – SBS**. Cartório do Segundo Ofício – Distrito e Comarca de São Sebastião – Estado de São Paulo – Brasil, 5 jan. 1973. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Ilhabela.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

NOTÍCIAS ALESP. Parlamentares, autoridades e ativistas debatem saneamento básico e balneabilidade das praias de Ilhabela – Audiência pública realizada no litoral foi promovida pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia. **Notícias da ALESP**, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=377159>. Acessado em: 8 out. 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Sabesp vai investir 55% menos em esgoto. **O Estado de São Paulo**, 1 abr. 2015. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sabesp-vai-investir-55-menos-em-esgoto,1661740>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ROCHA, K. N. D. **Relações entre a vulnerabilidade social e a fragilidade ambiental no litoral norte paulista: o caso dos municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

ROCHA E SILVA, C. D. **Cidade e Natureza: Mercado imobiliário, turismo e desenvolvimento urbano em Ilhabela.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

SABESP; GERENTEC LATIN CONSULT. **Plano Diretor de Saneamento Básico do Litoral Norte do Estado de São Paulo – PDLN – Relatório Síntese de 2011.** São Paulo: Sabesp, 2011.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Sabesp apresenta plano de obras e investimentos para Ilhabela.** 28 jun. 2012. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=4218>. Acesso em: 13 set. 2018.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Prestação de Contas da Sabesp destaca investimentos em saneamento básico no Litoral Norte.** 5 jul. 2013a. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=66&id=5456>. Acesso em: 13 set. 2018.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Investimentos da Sabesp melhoram qualidade das praias e ampliam a oferta de água no Litoral Norte.** 4 jul. 2013b. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=5454>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Sabesp convida prefeitos para discutir melhorias no saneamento.** 17 jan. 2014. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=66&id=6070>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Sabesp, 43 anos de trabalho para a evolução do saneamento.** 4 nov. 2016. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=7205>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SABESP. Companhia Estadual de Saneamento de São Paulo. **Relatório destaca melhoria nas praias de SP após investimentos em esgoto.** 12 abr. 2018. <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=7842>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. **Law, politics, and the subaltern in counter-hegemonic globalization, Law and Globalization from Below**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 1-26. Cambridge Books Online. Web. 19 August 2014.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n. 1.166, de 9 de janeiro de 2012**. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e dá providências correlatas. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 2012.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Fica o RESIDENCIAL PONTA DA SELA, CNPJ 50.323.740/0001-37, autorizado a utilizar recursos hídricos, na Rodovia SP 131, município de ILHABELA, para fins de atendimento sanitário**. Página 39 da Executivo – Caderno 1, de 5 de julho de 2013. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 2013.

SUZUKI, F. K. S. **Avaliação dos referenciais legais quanto aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em regiões ocupadas da Zona de Amortecimento no Parque Estadual de Ilhabela (SP)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT. São Paulo: IPT, 2013.

SWYNGEDOUW, E. Privatizando o H₂O – Transformando Águas Locais em Dinheiro Global. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004.

TAMOIOS NEWS. Colucci divulga pré-candidatura a deputado federal pelo PV. **Tamoios News – notícias do Litoral Norte de São Paulo**, 19 jun. 2018. Disponível em: <http://www.tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/ilhabela/colucci-divulga-pre-candidatura-a-deputado-federal-pelo-pv/>. Acessado em: 17 ago. 2018.

